

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

Preparadas de Acordo com o IAS 34

30 de setembro de 2022

Simple | Pessoal | Justo



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS

ÍNDICE

Pág

Balço Patrimonial Consolidado Condensado.....	5
Demonstraço Consolidada Condensada do Resultado.....	7
Demonstraço Consolidada Condensada do Resultado Abrangente.....	8
Demonstraço Consolidada Condensada das Mutaçoões do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstraço Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa.....	10
1. Contexto operacional, apresentaço das demonstraçoões financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações.....	11
2. Base para consolidaço	14
3. Ativos Financeiros.....	19
4. Ativos não correntes mantidos para venda.....	21
5. Participaçoões em coligadas e empreendimentos em conjuntos	21
6. Ativo tangível.....	24
7. Ativo intangível - Ágio.....	24
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis.....	25
9. Passivos financeiros	26
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	29
11. Patrimônio Líquido	33
12. Impostos sobre a renda.....	35
13. Detalhamento de contas de resultado	36
14. Plano de Benefícios a Funcionários	38
15. Segmentos operacionais.....	41
16. Transaçoões com partes relacionadas.....	42
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros.....	47
18. Outras Divulgaçoões	52
19. Eventos Subsequentes.....	60
ANEXO I – Demonstraço Consolidada Condensada do Valor Adicionado	61
Comentário de Desempenho	62
Composiçoão dos Órgãos da Administração em 30 de setembro de 2022.....	69
Declaraçoão dos Diretores sobre as Demonstraçoões Financeiras	71
Declaraçoão dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	72



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas em 30 de setembro de 2022, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e



Banco Santander (Brasil) S.A.

apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2022

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Caio Fernandes Arantes".

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balço Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO

	Notas Explicativas	30/09/2022	31/12/2021
Disponibilidades		14.398.725	16.657.201
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	64.245.289	18.858.842
Instrumentos de Dívida		4.149.846	3.122.017
Reservas no Banco Central do Brasil		60.095.443	15.736.825
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.a	72.165.838	70.570.665
Instrumentos de Dívida		42.185.610	47.752.595
Instrumentos de Patrimônio		2.440.440	2.020.610
Derivativos	17	27.539.788	20.797.460
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3.a	1.449.140	870.162
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		1.287.526	392.455
Instrumentos de Patrimônio		161.614	477.707
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	66.914.529	101.241.787
Instrumentos de Dívida		66.884.425	101.212.600
Instrumentos de Patrimônio		30.104	29.187
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	671.209.765	633.241.352
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		24.066.200	26.485.913
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		484.195.904	464.451.587
Instrumentos de Dívida		89.524.918	73.125.011
Reservas no Banco Central do Brasil		73.422.743	69.178.841
Derivativos Utilizados como Hedge	17	430.712	342.463
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	817.283	816.345
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5.a	1.719.999	1.232.646
Ativos Fiscais		44.159.501	41.757.332
Correntes		6.485.256	4.117.035
Diferidos		37.674.245	37.640.297
Outros Ativos		9.007.076	6.049.028
Ativo Tangível	6.a	7.987.625	8.783.785
Ativo Intangível		31.271.695	30.786.788
Ágio	7	27.895.445	27.915.469
Outros Ativos Intangíveis	8	3.376.250	2.871.319
Total do Ativo		985.777.177	931.208.396

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas
Explicativas 30/09/2022 31/12/2021

	Notas Explicativas	30/09/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	9.a	45.907.269	36.952.567
Derivativos	17	26.165.440	24.172.008
Posições Vendidas	17	19.741.829	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	9.107.157	7.459.784
Outros Passivos Financeiros		9.107.157	7.459.784
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	792.303.353	750.093.694
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		104.663.818	121.005.909
Depósitos de Clientes		496.168.747	468.961.069
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		100.239.487	79.036.792
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		20.009.178	19.641.408
Outros Passivos Financeiros		71.222.123	61.448.516
Derivativos Utilizados como Hedge	17	125.849	446.973
Provisões	10.a	9.223.987	11.604.482
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		1.730.998	2.728.126
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		7.492.989	8.876.356
Passivos Fiscais		8.389.858	8.175.023
Correntes		6.248.871	5.949.833
Diferidos		2.140.987	2.225.190
Outras Obrigações		10.565.685	10.501.378
Total do Passivo		875.623.158	825.233.901
Patrimônio Líquido		113.635.861	109.046.574
Capital Social	11.a	55.000.000	55.000.000
Reservas	11.c	54.768.109	48.880.561
Ações em Tesouraria	11.d	(1.129.926)	(713.039)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		11.397.678	15.528.052
Menos: dividendos e remuneração	11.b	(6.400.000)	(9.649.000)
Outros Resultados Abrangentes		(3.947.273)	(3.406.428)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		109.688.588	105.640.146
Participações Não-Controladoras		465.431	334.349
Total do Patrimônio Líquido		110.154.019	105.974.495
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		985.777.177	931.208.396

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Nota explicativa	01/07 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Receitas com juros e similares		30.246.468	20.307.238	84.520.329	54.140.027
Despesas com juros e similares		(19.200.246)	(6.913.909)	(48.523.287)	(16.536.458)
Receita Líquida com Juros		11.046.222	13.393.329	35.997.042	37.603.569
Receitas de instrumentos de patrimônio		14.286	12.535	34.290	26.724
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	68.523	32.948	134.382	109.473
Receitas de tarifas e comissões		5.325.205	4.972.101	15.785.974	15.113.571
Despesas de tarifas e comissões		(1.697.816)	(1.319.833)	(4.739.143)	(3.661.549)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		518.809	(1.695.005)	3.518.275	2.582.946
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		119.691	526.821	1.387.083	1.571.500
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		1.790.922	(2.831.944)	5.317.214	3.722.311
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado		148.314	116.175	332.995	156.790
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(989.412)	(61.821)	(3.463.885)	(580.553)
Outros		(550.706)	555.765	(55.132)	(2.287.101)
Variações cambiais (líquidas)		965.905	(984.203)	(864.525)	(3.102.167)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(380.748)	(198.325)	(406.085)	(645.658)
Total de Receitas		15.860.386	14.213.547	49.460.210	48.026.909
Despesas administrativas		(4.566.374)	(4.377.439)	(13.312.160)	(12.584.524)
Despesas com pessoal	13.a	(2.495.056)	(2.278.056)	(7.281.855)	(6.626.341)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.071.318)	(2.099.383)	(6.030.305)	(5.958.183)
Depreciação e amortização		(655.029)	(573.316)	(1.911.975)	(1.829.153)
Ativo tangível	6.a	(467.051)	(428.777)	(1.391.872)	(1.396.829)
Ativo intangível	8	(187.978)	(144.539)	(520.103)	(432.324)
Provisões (líquidas)		179.882	(566.386)	(715.974)	(1.333.547)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(6.246.856)	(4.771.789)	(17.611.790)	(12.685.098)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(6.246.856)	(4.771.789)	(17.611.790)	(12.685.098)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(51.625)	(18.540)	(108.084)	(28.409)
Outros ativos intangíveis	8	(6.940)	(980)	(20.001)	(3.407)
Outros ativos		(44.685)	(17.560)	(88.083)	(25.002)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		14.508	(78.843)	23.264	(38.312)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		53.378	15.279	126.322	54.387
Resultado Operacional Antes da Tributação		4.588.270	3.842.513	15.949.813	19.582.253
Impostos sobre a renda	12	(1.161.732)	16.693	(4.516.313)	(7.650.633)
Lucro Líquido do Período		3.426.538	3.859.206	11.433.500	11.931.620
Lucro atribuível à Controladora		3.454.181	3.856.959	11.397.678	11.909.648
Lucro atribuível às participações não-controladoras		(27.643)	2.247	35.822	21.972

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/07 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Lucro Líquido do Período	3.426.538	3.859.206	11.433.500	11.931.620
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(273.291)	(869.343)	(657.178)	(2.412.643)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(109.873)	(496.689)	(461.137)	(1.523.867)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(423.612)	(1.264.924)	(874.207)	(3.227.832)
Impostos sobre a renda	313.739	768.235	413.070	1.703.965
Hedges de fluxo de caixa	(163.418)	(372.653)	(196.041)	(888.775)
Ajuste ao valor justo	(247.415)	(861.289)	(379.657)	(1.692.160)
Impostos sobre a renda	83.997	488.636	183.616	803.385
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	16.649	(19.877)	116.333	101.875
Planos de Benefícios Definidos	16.649	(19.877)	116.333	101.875
Planos de Benefícios Definidos	96.976	-	318.697	266.230
Impostos sobre a renda	(80.327)	(19.877)	(202.364)	(164.355)
Total do Resultado Abrangente	3.169.896	2.969.987	10.892.655	9.620.853
Atribuível à controladora	3.197.539	2.967.740	10.856.833	9.598.881
Atribuível às participações não-controladoras	(27.643)	2.247	35.822	21.972
Total	3.169.896	2.969.987	10.892.655	9.620.853

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora													Total do Patrimônio Líquido
	Outros Resultados Abrangentes													
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas	Ações em Tesouraria	Lucro do Período Atribuído à Controladora	Dividendos e Remuneração	Patrimônio Líquido	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Participações Não-Controladoras	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	40.414.981	(791.358)	13.418.529	(3.837.085)	106.205.067	2.342.129	(3.190.913)	859.370	(438.666)	105.776.987	312.885	106.089.872
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	11.909.648	-	11.909.648	(1.523.867)	101.875	-	(888.775)	9.598.881	21.972	9.620.853
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	11.909.648	-	11.909.648	-	-	-	-	11.909.648	21.972	11.931.620
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(1.523.867)	101.875	-	(888.775)	(2.310.767)	-	(2.310.767)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(1.523.867)	-	-	-	(1.523.867)	-	(1.523.867)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	101.875	-	-	101.875	-	101.875
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(888.775)	(888.775)	-	(888.775)
Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior		-	13.418.529	-	(13.418.529)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão	11.a	(2.000.000)	(1.167.674)	-	-	-	(3.167.674)	-	-	-	-	(3.167.674)	-	(3.167.674)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	11.b	-	(3.837.085)	-	-	3.837.085	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(6.400.000)	(6.400.000)	-	-	-	-	(6.400.000)	-	(6.400.000)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	76.519	-	-	76.519	-	-	-	-	76.519	-	76.519
Outros		-	(342.252)	-	-	-	(342.252)	-	-	-	-	(342.252)	3.263	(338.989)
Saldos em 30 de setembro de 2021		55.000.000	48.486.499	(714.839)	11.909.648	(6.400.000)	108.281.308	818.262	(3.089.038)	859.370	(1.327.441)	105.542.461	338.120	105.880.581
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	48.880.561	(713.039)	15.528.052	(9.649.000)	109.046.574	(47.576)	(2.924.221)	859.370	(1.294.001)	105.640.146	334.349	105.974.495
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	11.397.678	-	11.397.678	(461.137)	116.333	-	(196.041)	10.856.833	35.822	10.892.655
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	11.397.678	-	11.397.678	-	-	-	-	11.397.678	35.822	11.433.500
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(461.137)	116.333	-	(196.041)	(540.845)	-	(540.845)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(461.137)	-	-	-	(461.137)	-	(461.137)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	116.333	-	-	116.333	-	116.333
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.041)	(196.041)	-	(196.041)
Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior		-	15.528.052	-	(15.528.052)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	11.b	-	(9.649.000)	-	-	9.649.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(6.400.000)	(6.400.000)	-	-	-	-	(6.400.000)	-	(6.400.000)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	(416.887)	-	-	(416.887)	-	-	-	-	(416.887)	-	(416.887)
Outros		-	8.496	-	-	-	8.496	-	-	-	-	8.496	95.260	103.756
Saldos em 30 de setembro de 2022		55.000.000	54.768.109	(1.129.926)	11.397.678	(6.400.000)	113.635.861	(508.713)	(2.807.888)	859.370	(1.490.042)	109.688.588	465.431	110.154.019

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido Consolidado do Período		11.433.500	11.931.620
Ajustes ao lucro		62.950.437	78.667.914
Depreciação do ativo tangível	6.a	1.391.872	1.396.829
Amortização do ativo intangível	8	520.103	432.324
Perdas com outros ativos (líquidas)		108.084	28.409
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		18.327.764	14.018.645
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(149.586)	(16.075)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5.a	(134.382)	(109.473)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos		(444.529)	1.929.454
Atualização de Depósitos Judiciais		(533.472)	(330.424)
Atualização de Impostos a Compensar		(383.156)	(168.902)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(607)	(4.912)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		43.928.355	62.320.994
Outros		319.991	(828.955)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(89.081.191)	(70.757.946)
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(45.386.447)	(29.372.050)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(40.530.915)	9.572.333
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(578.978)	(211.238)
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		34.286.607	6.066.298
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(33.223.569)	(66.000.832)
Outros ativos		(3.647.889)	9.187.543
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		26.177.076	(15.164.237)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		8.954.702	(15.402.168)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.647.373	175.295
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		15.416.453	4.930.454
Outros passivos		158.548	(4.867.818)
Impostos pagos		(4.904.320)	(4.273.276)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		6.575.502	404.075
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(2.927.613)	(1.862.896)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(406.920)	-
Ativo tangível		(1.447.631)	(1.166.670)
Ativo intangível		(750.541)	(455.660)
Ativos não correntes mantidos para venda		(322.521)	(240.566)
Alienação		1.255.872	1.204.828
Ativo tangível		871.098	609.442
Ativos não correntes mantidos para venda		214.275	521.339
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		170.499	74.047
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(1.671.741)	(658.068)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias	11.d	(416.887)	76.519
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		46.802.503	70.744.108
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(5.826.096)	(6.987.847)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(26.360.906)	(60.871.621)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(451.958)	(441.517)
Aumento em participações não-controladoras		20.446	17.630
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras		72.018	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		13.839.120	2.537.272
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		607	4.912
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		18.743.488	2.288.191
Caixa e equivalentes de caixa no início do Período		32.668.749	28.446.808
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período		51.412.237	30.734.999

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o período findo em 30 setembro de 2022 na reunião realizada em 25 de outubro de 2022.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

As Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

• **Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro” e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as Demonstrações Financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração foi 1º de janeiro de 2021.

Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR foram revistos entre as partes e atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração verificou que os fluxos de caixa atualizados são economicamente equivalentes aos originais, de tal forma que não houve impactos materiais relacionados a essa substituição.

Assim sendo, as implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de setembro de 2022

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 1º de janeiro de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

• Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

• IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

· Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

· Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

· Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": o objetivo é esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

· Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

· Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da Administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As notas 2.e & 46.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As notas 2.h & 46.b2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, data-base dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.z das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/09/2022	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	2.607.128	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	575.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.(Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	-	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.726	-	0,00%	63,00%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	76,55%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Monetus Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	510	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior (4);
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (5).
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (6)

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021 e é controlado através do Banco Santander Brasil S.A, detém 100% das cotas deste fundo.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022 estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

b) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

c) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

d) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

e) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

f) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

g) Aquisição de Participação Societária na Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solution4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solution 4Fleet ("Operação"). A Solution 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

h) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcobra") e subsequente incorporação da Fozcobra pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcobra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

i) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

j) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

k) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

l) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$ 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

m) Aquisição de Participação Societária na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Eireli

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 12 de março de 2021. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 100% do capital social da Paytec. Conforme informado no item b acima, essas participações foram alienadas em 26 de maio de 2022 para Getnet IP.

n) Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	30/09/2022					
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	60.095.443	-	-	-	73.422.743	133.518.186
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	24.066.200	24.066.200
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	24.080.036	24.080.036
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(13.836)	(13.836)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	1.287.526	-	484.195.904	485.483.430
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	-	-	1.287.526	-	517.303.460	518.590.986
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(33.107.556)	(33.107.556)
Instrumentos de dívida	4.149.846	42.185.610	-	66.884.425	89.524.918	202.744.799
Sendo:						
Instrumentos de dívida	4.149.846	42.185.610	-	66.884.425	90.630.511	203.850.392
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.105.593)	(1.105.593)
Instrumentos de patrimônio	-	2.440.440	161.614	30.104	-	2.632.158
Derivativos	-	27.539.788	-	-	-	27.539.788
Total	64.245.289	72.165.838	1.449.140	66.914.529	671.209.765	875.984.561

31/12/2021

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	15.736.825	-	-	-	-	15.736.825
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	95.664.754	95.664.754
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	95.686.579	95.686.579
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(21.825)	(21.825)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	392.455	-	464.451.587	464.844.042
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	-	-	392.455	-	492.962.247	493.354.702
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(28.510.660)	(28.510.660)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	3.122.017	47.752.595	-	101.212.600	73.125.011	225.212.223
Instrumentos de dívida						
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.122.017	47.752.595	-	101.212.600	74.315.903	226.403.115
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.190.892)	(1.190.892)
Instrumentos de patrimônio	-	2.020.610	477.707	29.187	-	2.527.504
Derivativos	-	20.797.460	-	-	-	20.797.460
Total	18.858.842	70.570.665	870.162	101.241.787	633.241.352	824.782.808

(1) Em 30 de setembro de 2022, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente basicamente às operações de comercialização de energia elétrica no montante de R\$ 1.140.071 (31/12/2021 - R\$ 278.106) e da carteira de crédito cedida é de R\$ 34.347 (31/12/2021 - R\$40.790) e R\$ 33.931 (31/12/2021 - R\$40.511) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de setembro de 2022, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança do modelo de negócios de títulos e valores mobiliários, de mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender para mantidos com o objetivo de coletar de fluxos de caixa contratuais, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado, sendo o saldo em Patrimônio Líquido estornado integralmente.

Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/20 e, com o objetivo de adequar as novas condições de gestão de risco de taxa de juros, os títulos públicos pré-fixados LTNs que eram utilizados para cobertura do diferencial de juros foram reclassificados, em 01 de abril de 2022. Tal mudança na legislação acarreta em alteração do Modelo de Gestão utilizado pela Administração para gestão desses títulos, e avalia-se que as LTNs com vencimento em 2024, não se enquadram mais em modelos de "Mantidos para Coletar e Vender", sendo que, com a extinção da assimetria fiscal dos investimentos no exterior, tais títulos serão utilizados exclusivamente com objetivos de coletar fluxos de caixa.

Dessa forma, com a reclassificação realizada em 01 de abril de 2022, os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024 deixam de ser registrados a Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, e passam a ter efeito Somente de Pagamento de Principal e Juros. Tal evento acarreta na reversão integral do montante da marcação à mercado registrada em Outros Resultado Abrangentes na data da reclassificação no total bruto de R\$ 1.025 milhões, reduzindo, em contrapartida, o valor do ativo registrado.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida"⁽¹⁾ nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021 foram as seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Saldo no início do período	29.723.376	25.640.488
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	16.805.846	12.863.711
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(12.302.237)	(9.802.324)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	34.226.985	28.701.875
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	550.746	749.723
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	34.777.731	29.451.598
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	697.549	997.316
Desconto Concedido	(1.503.494)	(818.703)

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$ 17.611.790 e R\$ 12.685.098 nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021 são os seguintes:

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Saldo no início do período	26.923.312	22.985.983
Adições líquidas	24.892.016	13.771.632
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(13.611.673)	(10.494.419)
Saldo no final do período	38.203.655	26.263.196

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021.

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Saldo no início do período	417.001	298.880
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	(45.148)	79.846
Saldo no final do período	371.853	378.726

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas comerciais, financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/09/2022	31/12/2021
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito	Birô de Crédito	Brasil	19,45%	19,45%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
CIP S.A. (4)	Outras Atividades	Brasil	17,87%	0,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (2)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (3)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras Atividades	Brasil	20,00%	0,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	0,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	0,00%
Controlada da TecBan				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	0,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	0,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	0,00%

	30/09/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander						
Banco RCI Brasil S.A.	11.174.532	11.118.215	112.616	11.147.493	11.080.238	157.462
CIP S.A.	2.509.528	2.316.873	192.654	-	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.669	11.427	259	11.339	11.476	(136)
Gestora de Inteligência de Crédito	1.181.542	1.247.665	(60.362)	1.173.234	1.237.937	(74.136)
Santander Auto S.A.	192.948	172.434	20.513	156.037	143.807	12.230
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	401.874	346.508	55.365	342.195	276.743	65.452
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.720.630	2.630.018	90.612	2.707.571	2.542.515	165.056
Hyundai Corretora de Seguros	3.774	3.925	(151)	3.353	2.921	431
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.376	2.572	804	2.011	1.915	96
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	213.701	213.866	(165)	-	-	-
Total	18.413.574	18.063.503	412.145	15.543.233	15.297.552	326.455

- (1) O Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (2) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (4) Em Março de 2022, ocorreu a Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova sociedade CIP S.A., com fins lucrativos.

	Investimentos		Resultado	
	30/09/2022	31/12/2021	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	594.746	591.745	44.923	48.192

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.287	1.257	29	(16)
Gestora de Inteligência de Crédito	10.145	13.522	(11.740)	(10.647)
Campo Grande Empreendimentos	-	255	-	-
Santander Auto S.A.	30.038	21.261	9.588	3.337
CIP S.A.	392.194	-	35.510	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	691.589	593.002	56.072	68.607
Webmotors S.A.	396.459	359.092	36.917	29.464
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	250.818	232.109	18.710	39.032
Hyundai Corretora de Seguros	1.184	1.260	(76)	165
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	942	541	402	(54)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.186	-	119	-
Controladas da Aymoré CFI	-	11.604	-	-
Solutions 4Fleet.	-	11.604	-	-
Total	1.719.999	1.232.646	134.382	109.473

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021:

	01/01 a 30/09/2022		01/01 a 30/09/2021	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	1.232.646	-	1.094.985	-
Mudança de escopo de consolidação	(11.604)	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(29.935)	-	56.628	-
Baixas	(255)	-	-	-
Resultados equivalência patrimonial	134.382	-	109.473	-
Dividendos propostos/recebidos	(12.410)	-	18.215	-
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	50.430	356.745	-	-
Saldo no final do período	1.363.254	356.745	1.279.301	-
Total dos Investimentos		1.719.999		1.279.301

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales).

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de setembro de 2022 e 2021.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.785
Adições	38.777	221.597	420.464	766.793	-	1.447.631
Baixas	(22.172)	(188.240)	(367.803)	(292.883)	-	(871.098)
Depreciações do período	(56.809)	(246.155)	(647.046)	(441.862)	-	(1.391.872)
Transferências	-	57.616	(38.437)	-	-	19.179
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.763.552	1.535.002	2.349.739	2.351.472	(12.140)	7.987.625
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.888.277	1.538.102	3.671.674	2.451.198	(12.140)	9.537.111
Adições	99.843	1.359	650.104	415.364	-	1.166.670
Baixas	(19.764)	(523.214)	(66.464)	-	-	(609.442)
Depreciações do período	(85.905)	(291.132)	(611.472)	(408.320)	-	(1.396.829)
Impairment / Reversão no período	-	-	31.261	-	-	31.261
Transferências	(19.122)	778.956	(771.041)	-	-	(11.207)
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.863.329	1.504.071	2.904.062	2.458.242	(12.140)	8.717.564

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 30 de setembro de 2022 não houve impacto de uma despesa de impairment.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de setembro de 2022, o Banco possui R\$ 50.807 em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2021 – R\$58.413).

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.c.2.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2021. Ao longo do terceiro trimestre de 2022, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	30/09/2022	31/12/2021
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.771	305.937
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	236.626	237.663
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.613	32.613
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	-	11.336
Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	27.527	-
Monetus Investimentos S.A.	24.850	-
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	43.003	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	-
Total	27.895.445	27.915.469

**Banco Comercial
31/12/2021**

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável

Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	4,8%
Taxa de desconto (2)	12,3%

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2021 foi de 18,77%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do ano de 2021. O ágio é testado para fins de impairment ao final de cada exercício ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável. No período findo em 30 de setembro de 2022, não houve evidências de impairment que levassem à necessidade de atualização do teste efetuado em 2021 antes de sua realização regular.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2021 a 30/09/2022			31/12/2020 a 30/09/2021		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	2.723.667	147.652	2.871.319	2.367.388	38.973	2.406.361
Adições	937.691	9.365	947.056	885.934	37.490	923.424
Baixas	(195.451)	(1.064)	(196.515)	(460.122)	(7.642)	(467.764)
Transferências	319.311	(24.817)	294.494	60.745	(54)	60.691
Amortizações no Período	(513.827)	(6.276)	(520.103)	(425.527)	(6.797)	(432.324)
Impairment no período (1)	-	(20.001)	(20.001)	-	(3.407)	(3.407)
Saldo final	3.271.391	104.859	3.376.250	2.428.418	58.563	2.486.981
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

(1) Em 2022 e 2021, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

				30/09/2022
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	104.663.818	104.663.818
Depósitos de clientes	-	-	496.168.747	496.168.747
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	100.239.487	100.239.487
Derivativos	26.165.440	-	-	26.165.440
Posições vendidas	19.741.829	-	-	19.741.829
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	20.009.178	20.009.178
Outros passivos financeiros	-	9.107.157	71.222.123	80.329.280
Total	45.907.269	9.107.157	792.303.353	847.317.779

				31/12/2021
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	121.005.909	121.005.909
Depósitos de clientes	-	-	468.961.069	468.961.069
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	79.036.792	79.036.792
Derivativos	24.172.008	-	-	24.172.008
Posições vendidas	12.780.559	-	-	12.780.559
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	19.641.408	19.641.408
Outros passivos financeiros	-	7.459.784	61.448.516	68.908.300
Total	36.952.567	7.459.784	750.093.694	794.506.045

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos à vista (1)	142.031	126.203
Depósitos a prazo (2)	56.853.928	75.754.363
Operações compromissadas	47.667.859	45.125.343
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	16.172.514	13.478.131
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	31.495.345	31.647.212
Total	104.663.818	121.005.909

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Depósitos de clientes

	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	108.703.121	106.991.160
Contas correntes (1)	49.578.653	41.742.247
Cadernetas de poupança	59.124.468	65.248.913
Depósitos a prazo	257.487.206	280.955.456
Operações compromissadas	129.978.420	81.014.453
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	22.266.899	20.103.099
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	107.711.521	60.911.354
Total	496.168.747	468.961.069

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/09/2022	31/12/2021
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	25.832.932	21.459.182
Eurobonds	14.265.549	12.952.068
Letras financeiras (2)	32.986.869	25.074.264
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	20.491.128	16.989.434
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	6.663.009	2.561.845
Total	100.239.487	79.036.792

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2028 (31/12/2021 – com prazo de vencimento entre 2022 e 2028).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido.

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de setembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2035 (31/12/2021 – com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 30 de setembro de 2022 e de 2021 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Saldo no início do período	79.036.792	56.875.514
Emissões	46.802.503	70.744.108
Pagamentos	(26.360.906)	(60.871.621)
Juros	609.150	2.218.807
Variação cambial e outros	151.948	297.490
Saldo no final do período	100.239.487	69.264.298

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/09/2022 Total	31/12/2021 Total
Eurobonds	2018	2025	USD	4,4%	113.608	117.150
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	112.944	-
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	217.636	-
Eurobonds	2019	2025	USD	CDI + 2,65%	-	771.300
Eurobonds	2019	2026	USD	4,40%	76.185	-
Eurobonds	2019	2026	USD	0% a 4,4%	-	225.533
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	631.174	75.716
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	336.443	-
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	-	632.831

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%	45.201	306.253
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	196.436	502.321
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%	10.694	2.005.534
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	155.710	205.624
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+6,4%	-	41.749
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%	196.415	181.116
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI+1,9%	152.466	-
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%	205.285	-
Eurobonds	2021	2024	USD	0% a 4,4%	-	408.824
Eurobonds	2021	2024	USD	CDI+1,9%	89.782	-
Eurobonds	2021	2025	USD	0% a 4,4%	81.099	-
Eurobonds	2021	2025	USD	CDI + 2,65%	-	5.316
Eurobonds	2021	2025	USD	CDI+6,4%	-	157.370
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%	643.751	246.192
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI + 2,65%	394.115	-
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%	2.530.405	593.036
Eurobonds	2022	2022	USD	0% a 4,4%	1.945.886	3.890.578
Eurobonds	2022	2022	USD	CDI+1,9%	154.546	210.639
Eurobonds	2022	2022	USD	CDI + 2,65%	-	101.029
Eurobonds	2022	2023	USD	4,40%	2.735	-
Eurobonds	2022	2023	USD	0% a 4,4%	3.080.912	56.144
Eurobonds	2022	2023	USD	Até 9%	9.948	2.217.811
Eurobonds	2022	2023	USD	CDI+1,9%	159.153	-
Eurobonds	2022	2024	USD	0% a 4,4%	897.105	-
Eurobonds	2022	2024	USD	CDI+1,9%	325.758	-
Eurobonds	2022	2025	USD	0% a 4,4%	142.141	-
Eurobonds	2022	2035	USD	CDI+1,9%	1.358.016	-
Total					14.265.549	12.952.068

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/09/2022	31/12/2021
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.951.517	7.050.080
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	6.921.527	7.038.527
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	5.913.183	5.351.046
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	222.950	201.755
Total					20.009.178	19.641.408

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Saldos no início do período	19.641.408	13.119.660
Juros Nível I (1)	356.049	356.106
Juros Nível II (1)	285.247	302.057
Variação Cambial	178.432	620.901
Pagamento de juros - Nível I	(244.987)	(238.419)
Pagamento de juros - Nível II	(206.971)	(203.098)
Saldo no final do período	20.009.178	13.957.207

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/09/2022	31/12/2021
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.730.998	2.728.126
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	7.492.989	8.876.356
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	6.730.582	7.668.914
Sendo:		
Cíveis	2.851.996	3.231.004
Trabalhistas	1.721.925	2.071.811
Fiscais e Previdenciárias	2.156.661	2.366.099
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	550.746	908.027
Provisões diversas	211.165	298.919
Total	9.223.987	11.604.482

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$ 4.178.269 (31/12/2021 - R\$ 4.075.496): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 995.253 (31/12/2021 - R\$945.715): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 134.519 (31/12/2021 - R\$53.936) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$ 310.872 (31/12/2021 - R\$283.528): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, há outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível (Nota 10.b.4 – Risco de Perda Possível).

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em Agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 4,5 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 30 de setembro de 2022 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados. As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$30.751.167 no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$ 7.687.244.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de setembro de 2022, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$ 4.653.983.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de setembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 5.592.232.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 30 de setembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.525.554.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2022, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$ 1.673.366.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2022, o valor era de R\$ 1.139.087.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 30 de setembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 688.434.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 514.757.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 205.975, incluindo os processos abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 2.173.119, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou nova liquidação de sentença

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza civil, nos montantes de R\$ 496 (31/12/2021 - R\$496), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em conta de outros ativos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/09/2022			Em Milhares de Ações 31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	111.422	137.185	248.607	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no Exterior	3.707.273	3.542.651	7.249.924	3.708.977	3.544.491	7.253.468
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(28.017)	(28.017)	(56.034)	(15.755)	(15.755)	(31.510)
Total em Circulação	3.790.678	3.651.819	7.442.497	3.802.940	3.664.081	7.467.021

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

		30/09/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(4)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,02	238,72	455,74	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(5)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Total	6.400.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

		31/12/2021					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83	774,77
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72	56,74
Total	9.649.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2022, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2022, o Banco Santander possuía 345.962.035 ações ordinárias e 373.766.448 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	30/09/2022	31/12/2021
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	15.755	18.829
Aquisições de Ações	17.153	91
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.891)	(3.165)
Ações em Tesouraria no Final do Período	28.017	15.755
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.128.154	R\$ 711.268
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.772	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.129.926	R\$ 713.039
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,69	R\$ 33,86
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$ 28,81	R\$ 29,98

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de seis meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Resultado Operacional antes da tributação	15.949.813	19.660.520
Alíquota (25% de Imposto de Renda, 20% e 21% de Contribuição Social)	(7.226.827)	(9.826.347)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(1.030.458)	(1.231.304)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	61.816	54.736
Ágio	-	(586.700)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	-	469.771
Juros sobre o capital próprio	1.746.134	1.329.302
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	1.333.419	420.748
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	30.149	270.303
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	516.973	969.053
Outros ajustes	52.481	1.321.301
Impostos sobre a renda	(4.516.313)	(7.650.663)
Sendo:		
Impostos correntes	(4.290.521)	(6.245.651)
Impostos diferidos	(225.792)	1.404.982
Impostos pagos no período	4.904.320	4.273.276

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determina que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021.

Em R\$ Milhões	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman e Luxemburgo	(1.261)	2.436
Perdas com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	1.323	(4.058)
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	(62)	167
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	-	1.455

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/07 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Remuneração direta	1.591.125	1.456.971	4.626.503	4.263.604
Encargos	360.431	344.950	1.035.416	953.979
Benefícios	390.130	348.721	1.162.775	1.026.095
Planos de pensão de benefício definido	1.212	1.590	3.217	4.826
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	44.602	37.400	123.821	120.408
Remuneração baseada em ações	13.187	7.475	40.711	14.878
Treinamento	17.046	13.849	45.304	35.848
Outras despesas de pessoal	77.323	67.100	244.108	206.703
Total	2.495.056	2.278.056	7.281.855	6.626.341

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Imóveis, instalações e materiais	203.140	215.368	680.321	596.210
Tecnologia e sistemas	569.341	699.384	1.833.164	1.841.890
Publicidade	116.859	149.144	379.149	406.558
Comunicações	126.436	94.073	297.254	245.955
Ajudas de custo e despesas de viagem	36.167	19.774	35.409	48.633
Tributos exceto imposto sobre a renda	31.580	49.857	108.066	101.293
Serviços de vigilância e transporte de valores	133.985	138.165	417.273	463.175
Prêmios de seguros	6.190	9.797	13.580	19.051
Serviços técnicos especializados	560.041	500.206	1.683.830	1.529.051
Outras despesas administrativas	287.579	223.615	582.259	706.367
Total	2.071.318	2.099.383	6.030.305	5.958.183

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação – Referente ao 2º Tri	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
		01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	40.403 (3)	R\$ 4.216.667 (3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 4.002.000 (1)	R\$ 3.668.000 (1)
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ - (4)	R\$ 3.326.667 (1)
		01/2021 a 06/2024	2024	R\$ 20.420.000 (1)	R\$ 10.150.000 (1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.500.000 (1)	R\$ 1.500.000 (1)
Locais	Ações do Santander (Brasil)	07/2019 a 06/2022	2022	111.066 SANB11 (5)	123.158 SANB11
		09/2020 a 08/2022	2022	304.594 SANB11	351.352 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	204.391 SANB11	225.961 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	139.163 SANB11	177.252 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024	343.863 SANB11	327.065 SANB11
		02/2021 a 01/2024	2024	227.096 SANB11	35.244 SANB11
		03/2022 a 03/2025	2025	46.260 SANB11	- SANB11
		2023		159.253 SAN (2)	309.576 SAN (2)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		832.569 Opções s/ SAN (2)	1.618.445 Opções s/ SAN (2)
		02/2024		124.184 SAN (2)	135.632 SAN (2)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		370.477 Opções s/ SAN (2)	404.630 Opções s/ SAN (2)
		2025		150.703 SAN (2)	- SAN (2)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		578.713 Opções s/ SAN (2)	- Opções s/ SAN (2)
				R\$ 25.922.000 (1)	R\$ 22.861.333(1)
				1.416.836 SANB11	R\$ 1.240.033 SANB11
				434.140 SAN (2)	R\$ 445.208 SAN (2)
				1.781.759 Opções s/ SAN (2)	R\$ 2.023.075 Opções s/ SAN (2)
Saldo dos Planos em 30 de setembro de 2022					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.
- (2) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 31/03/2022, foi realizada entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022, restando 40.403 ações para a pagamento em Março/2023.
- (4) Plano encerrado e revertido em Ago/2022, quando se verificou que os indicadores de performance não seriam atingidos.
- (5) Plano de retenção finalizado, pago em Jul/2022.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 2 planos globais lançados em 2019, 2020 e 2021. Os executivos elegíveis tinham uma meta de incentivo definida em reais. O pagamento de acordo com o cumprimento dos indicadores de desempenho será calculado em ações e opções do Grupo Santander (SAN), após um período de diferimento de três anos, com liquidação equivalente em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 01/07/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	Consolidado	
		01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Local	Ações do Santander (Brasil)	19.719	14.682
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2.708	2.738

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a	
			30/09/2022	30/09/2021
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	26.290	6.597
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	63.406	7.488

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/07 a 30/09/2022			01/07 a 30/09/2021		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	11.056.780	(10.558)	11.046.222	12.783.802	609.527	13.393.329
Receitas de instrumentos de patrimônio	997	13.289	14.286	5.068	7.467	12.535
Resultado de equivalência patrimonial	50.247	18.276	68.523	26.629	6.319	32.948
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.084.146	543.243	3.627.389	3.301.328	350.940	3.652.268
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(330.075)	1.814.789	1.484.714	(2.776.469)	97.261	(2.679.208)
Outras receitas (despesas) operacionais	(328.838)	(51.910)	(380.748)	(188.495)	(9.830)	(198.325)
TOTAL DE RECEITAS	13.533.257	2.327.129	15.860.386	13.151.863	1.061.684	14.213.547
Despesas com pessoal	(2.277.694)	(217.362)	(2.495.056)	(2.156.365)	(121.691)	(2.278.056)
Outras despesas administrativas	(1.869.247)	(202.071)	(2.071.318)	(1.990.063)	(109.320)	(2.099.383)
Depreciação e amortização	(627.840)	(27.189)	(655.029)	(558.188)	(15.128)	(573.316)
Provisões (líquidas)	182.737	(2.855)	179.882	(560.466)	(5.920)	(566.386)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.189.550)	(57.306)	(6.246.856)	(4.768.956)	(2.833)	(4.771.789)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(51.345)	(280)	(51.625)	(18.232)	(308)	(18.540)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	67.886	-	67.886	(63.564)	-	(63.564)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	2.768.204	1.820.066	4.588.270	3.036.028	806.485	3.842.513
Hedge Cambial (1)	60	-	60	2.380	-	2.380
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	2.768.264	1.820.066	4.588.330	3.038.408	806.485	3.844.893

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 30/09/2022			01/01 a 30/09/2021		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	34.224.059	1.772.983	35.997.042	35.439.351	2.164.218	37.603.569
Receitas de instrumentos de patrimônio	4.197	30.093	34.290	7.626	19.098	26.724
Resultado de equivalência patrimonial	98.094	36.288	134.382	86.618	22.855	109.473
Receitas líquidas de tarifas e comissões	9.398.617	1.648.214	11.046.831	10.011.926	1.440.096	11.452.022
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(742.469)	3.396.219	2.653.750	(1.851.119)	1.331.898	(519.221)
Outras receitas (despesas) operacionais	(313.661)	(92.424)	(406.085)	(535.959)	(109.699)	(645.658)
TOTAL DE RECEITAS	42.668.837	6.791.373	49.460.210	43.158.444	4.868.465	48.026.909
Despesas com pessoal	(6.669.067)	(612.788)	(7.281.855)	(6.141.308)	(485.033)	(6.626.341)
Outras despesas administrativas	(5.525.230)	(505.075)	(6.030.305)	(5.572.312)	(385.871)	(5.958.183)
Depreciação e amortização	(1.835.087)	(76.888)	(1.911.975)	(1.768.862)	(60.291)	(1.829.153)
Provisões (líquidas)	(709.903)	(6.071)	(715.974)	(1.341.569)	8.022	(1.333.547)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.610.088)	(1.702)	(17.611.790)	(12.854.296)	169.198	(12.685.098)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(98.223)	(9.861)	(108.084)	(27.640)	(769)	(28.409)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	149.586	-	149.586	16.075	-	16.075
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	10.370.825	5.578.988	15.949.813	15.468.532	4.113.721	19.582.253
Hedge Cambial (1)	(62)	-	(62)	1.455	-	1.455
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	10.370.763	5.578.988	15.949.751	15.469.987	4.113.721	19.583.708

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	30/09/2022			31/12/2021		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	877.316.016	108.461.161	985.777.177	838.267.118	92.941.277	931.208.396
Empréstimos e adiantamentos a clientes	406.799.731	78.683.699	485.483.430	394.086.048	70.757.994	464.844.042
Depósitos de clientes	366.315.027	129.853.720	496.168.747	344.180.608	124.780.461	468.961.069

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 recomendou à assembleia geral, acompanhada de recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R\$504.550 abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que foi realizada em 29 de abril de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Remuneração Fixa	28.047	86.239	23.428	67.576
Remuneração variável - Em espécie	20.447	106.889	21.349	76.379
Remuneração variável - Em ações	15.340	86.168	16.049	70.574
Outras	24.518	48.271	22.570	46.919
Total Benefícios de Curto Prazo	88.352	327.567	83.396	261.448
Remuneração variável - Em espécie	13.000	95.643	11.984	82.946
Remuneração variável - Em ações	13.992	101.460	13.663	87.107
Total Benefícios de Longo Prazo	26.992	197.103	25.647	170.053
Total	115.344	524.670	109.043	431.501

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 28.411 (30/09/2021 - R\$ 23.377).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 30/09/2022	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.633	0,1%	4.633	0,1%	9.266	0,1%
Outros	345.875	9,1%	373.679	10,2%	719.554	9,6%
Total em Circulação	3.790.678	99,3%	3.651.819	99,2%	7.442.497	99,3%
Ações em Tesouraria	28.017	0,7%	28.017	0,8%	56.034	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	345.875	9,1%	373.679	10,2%	719.554	9,6%

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/12/2021	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.374	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,6%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo	5.536.105	895.492	20.619.279	32.119.319	28.755	19.776	26.184.139	33.034.587
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	600.955	(3.043.904)	(46.210)	(73.209)	-	-	554.745	(3.117.113)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	4.860.305	3.930.078	18.886.655	27.591.391	-	-	23.746.960	31.521.469
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	109	1.709.150	3.550.601	15.902	20.034	1.725.052	3.570.744
Outros ativos	74.845	9.209	69.684	1.050.536	-	-	144.529	1.059.745
Garantias e Limites	-	-	-	-	12.853	(258)	12.853	(258)
Passivo	(22.757.013)	(25.832.894)	(6.777.535)	(8.844.861)	(179.900)	(821.529)	(29.714.448)	(35.499.284)
Depósitos de instituições de crédito	(8.731.179)	(11.178.490)	(6.225.029)	(7.866.308)	-	-	(14.956.208)	(19.044.798)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(185.887)	(128.593)	(185.887)	(128.593)
Depósitos de clientes	-	-	(394.000)	(799.435)	(24.867)	(28.672)	(418.867)	(828.107)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	(564.786)	3.347	-	-	-	3.347	(564.786)
Outras obrigações	(152.789)	(1.011)	(161.853)	(179.118)	30.854	(664.264)	(283.788)	(844.393)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.873.045)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.873.045)	(14.088.607)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado	2.794.568	(694.221)	1.302.977	1.673.360	7.638	(429.512)	4.105.183	549.638
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	5.902	-	69.372	1.598	1.421	1.598	76.695
Garantias e Limites	-	-	-	-	21.649	63	21.649	63

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Despesas com juros e similares	(25.578)	(88.585)	(198.503)	(20.462)	(15.905)	(431.539)	(239.986)	(540.586)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	-	-	2.469.555	2.624.519	333	273	2.469.888	2.624.792
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	3.614.211	192.088	(605.315)	(538.871)	212	270	3.009.108	(346.502)
Despesas administrativas e amortização	(152.768)	(145.463)	(396.904)	(447.998)	-	-	(549.672)	(593.461)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	21.898	-	(249)	-	21.649	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(641.297)	(658.163)	-	-	-	-	(658.163)	(666.439)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	12.246	13.200	-	-	12.246	(13.200)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

	30/09/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.893.650	60.095.443	1.256.196	64.245.289
Instrumentos de dívida	2.893.650	-	1.256.196	4.149.846
Reservas no Banco Central do Brasil	-	60.095.443	-	60.095.443
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	43.269.378	28.110.689	785.771	72.165.838
Instrumentos de dívida	40.879.961	1.153.753	151.896	42.185.610
Instrumentos de patrimônio	2.389.417	51.023	-	2.440.440
Derivativos	-	26.905.913	633.875	27.539.788

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	559.072	890.068	1.449.140
Instrumentos de patrimônio	-	128.950	32.664	161.614
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	430.122	857.404	1.287.526
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	63.522.179	1.829.727	1.562.623	66.914.529
Instrumentos de dívida	63.522.173	1.829.078	1.533.174	66.884.425
Instrumentos de patrimônio	6	649	29.449	30.104
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	430.712	-	430.712
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	45.711.919	195.350	45.907.269
Derivativos	-	25.970.090	195.350	26.165.440
Posições vendidas	-	19.741.829	-	19.741.829
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	9.107.157	-	9.107.157
Outros Passivos Financeiros	-	9.107.157	-	9.107.157
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	125.849	-	125.849

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	601.204	15.736.825	2.520.813	18.858.842
Instrumentos de dívida	601.204	-	2.520.813	3.122.017
Reservas no Banco Central do Brasil	-	15.736.825	-	15.736.825
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.462.429	20.608.008	500.228	70.570.665
Instrumentos de dívida	47.582.871	19.329	150.395	47.752.595
Instrumentos de patrimônio	1.879.558	85.029	56.023	2.020.610
Derivativos	-	20.503.650	293.810	20.797.460
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	420.898	449.264	870.162
Instrumentos de patrimônio	-	98.921	378.786	477.707
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	321.977	70.478	392.455
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	98.977.403	1.662.779	601.605	101.241.787
Instrumentos de dívida	98.975.973	1.649.925	586.702	101.212.600
Instrumentos de patrimônio	1.430	12.854	14.903	29.187
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	342.463	-	342.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	36.484.135	468.432	36.952.567
Derivativos	-	23.703.576	468.432	24.172.008
Posições vendidas	-	12.780.559	-	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.459.784	-	7.459.784
Outros Passivos Financeiros	-	7.459.784	-	7.459.784
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	446.973	-	446.973

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 30 de setembro de 2022 e de 2021 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas		Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/09/2022
		(Realizado/não Realizado)				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.520.813	(1.439.617)	-	-	175.000	1.256.196
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	462.156	210.075	(7.400)	-	120.940	785.771
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	449.264	297.506	-	-	143.298	890.068
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	601.604	945.593	15.426	-	-	1.562.623

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	433.583	(169.243)	(11.942)	(57.048)	195.350
--	---------	-----------	----------	----------	---------

	Valor Justo 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/09/2021
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	817.548	834.025	(412.841)	605.553	1.844.285
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	282.151	89.560	-	27.253	398.964
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.297.021	(323.018)	-	(72.608)	901.395
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	753.121	1.142.132	(196.475)	(112.134)	1.586.644

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	30/09/2022		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	14.398.725	14.398.725	14.398.725	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	24.066.200	24.066.200	-	10.251.429	13.814.771
Empréstimos e adiantamentos a clientes	484.195.904	480.447.350	357	-	480.446.993
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	89.524.918	89.182.942	34.724.942	10.063.237	44.394.763
Reservas no Banco Central do Brasil	73.422.743	73.422.743	-	73.422.743	-
Total	685.608.490	681.517.960	49.124.024	93.737.409	538.656.527

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	31/12/2021		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	16.657.201	16.657.201	16.657.201	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	95.664.754	95.664.754	-	73.308.279	22.356.475
Empréstimos e adiantamentos a clientes	464.451.587	460.525.749	-	6.044.808	454.480.941
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	73.125.011	74.074.095	28.472.612	12.124.154	33.477.329
Reservas no Banco Central do Brasil	69.178.841	69.178.841	-	69.178.841	-
Total	719.077.394	716.100.640	45.129.813	160.656.082	510.314.745

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	30/09/2022	
				Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	104.663.818	104.663.818	-	77.043.038	27.620.780
Depósitos de clientes	496.168.747	496.251.330	-	75.798.865	420.452.465
Obrigações por títulos e valores mobiliários	100.239.487	99.448.491	-	-	99.448.491
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20.009.178	20.009.178	-	-	20.009.178
Outros passivos financeiros	71.222.122	71.222.122	-	-	71.222.122
Total	792.303.353	791.594.940	-	152.841.903	638.753.037

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	31/12/2021	
				Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	121.005.909	121.005.909	-	26.200.162	94.805.747
Depósitos de clientes	468.961.069	468.960.950	-	60.911.279	408.049.671
Obrigações por títulos e valores mobiliários	79.036.792	79.035.644	-	-	79.035.644
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	61.448.516	61.448.516	-	-	61.448.516
Total	750.093.694	750.092.427	-	87.111.441	662.980.986

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.2.1.i.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	13.705.471	12.661.552	7.641.355	8.538.705
Prêmios de Opções a Exercer	1.616.355	1.829.245	1.385.889	2.256.244
Contratos a Termo e Outros	12.648.674	11.800.492	12.112.679	13.824.032
Total	27.970.500	26.291.289	21.139.923	24.618.981

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Negociação	30/09/2022			31/12/2021		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	973.085.258	(1.346.482)	1.043.919	837.762.020	(1.804.744)	(897.350)
Ativo	485.869.388	14.160.779	13.705.471	418.137.448	13.162.674	7.641.355
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	103.374.205	2.302.803	6.886.178	66.837.268	318.541	(778.177)
Taxa de Juros Pré - Reais	244.077.730	9.743.144	8.109.803	231.741.021	9.269.271	6.412.471
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.082.058	27.490	41.353	2.089.110	-	(234.488)
Moeda Estrangeira	126.319.852	2.062.826	5.407.243	91.837.446	799.550	2.003.728
Outros	7.015.543	24.516	(6.739.106)	25.632.603	2.775.313	237.822

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo	487.215.870	(15.507.261)	(12.661.552)	419.624.571	(14.967.418)	(8.538.705)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	77.001.194	(2.246.474)	(4.527.413)	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)
Taxa de Juros Pré - Reais	242.264.058	(9.725.606)	(8.197.792)	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.264.106	(141.435)	(406.893)	22.827.336	-	(728.677)
Moeda Estrangeira	143.676.671	(3.390.484)	(459.717)	887.129	(28.407)	2.287.852
Outros	7.009.841	(3.262)	930.263	25.632.461	(4.006.955)	(237.822)
Opções	1.032.497.016	(126.620)	(212.891)	1.130.172.099	(595.345)	(870.355)
Compromissos de Compra	504.884.827	2.107.213	1.616.355	564.829.758	1.240.879	1.385.889
Opções de Compra Moeda Estrangeira	17.757.604	808.165	659.386	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	16.364.466	708.251	575.947	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	11.765.541	184.751	216.679	31.248.540	459.995	510.976
Mercado Interfinanceiro	9.392.966	107.213	200.318	28.499.055	444.446	495.214
Outras (2)	2.372.575	77.538	16.361	2.749.485	15.549	15.763
Opções de Venda Outras	458.997.216	406.046	164.343	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	458.344.624	368.374	108.105	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	652.592	37.672	56.238	-	-	-
Compromissos de Venda	527.612.189	(2.233.833)	(1.829.245)	565.342.341	(1.836.224)	(2.256.244)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.591.575	(578.624)	(386.150)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.636.825	(595.863)	(556.101)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	26.568.430	(497.394)	(421.409)	33.383.234	(719.460)	(872.335)
Mercado Interfinanceiro	16.435.002	(165.251)	(127.551)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	10.133.428	(332.143)	(293.858)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	466.815.359	(561.952)	(465.585)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Mercado Interfinanceiro	466.439.677	(541.775)	(442.763)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Outras (2)	375.682	(20.177)	(22.822)	-	-	-
Contratos de Futuros	328.976.671	-	-	287.984.278	-	-
Posição Comprada	248.289.602	-	-	148.237.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	83.184.331	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	122.255.534	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	41.648.457	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	731.240	-	-	16.776	-	-
Treasury Bonds/Notes	470.040	-	-	-	-	-
Posição Vendida	80.687.069	-	-	139.746.999	-	-
Cupom Cambial (DDI)	42.254.498	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	35.748.937	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	2.082.639	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	125.763	-	-	194.879	-	-
Treasury Bonds/Notes	475.232	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	190.467.319	7.998.427	848.182	167.611.313	2.836.843	(1.711.352)
Compromissos de Compra	130.113.948	9.009.229	12.648.674	93.097.212	5.345.415	12.112.679
Moedas	69.664.409	703.737	12.395.958	83.752.185	2.738.485	8.501.934

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros	60.449.539	8.305.492	252.717	9.345.027	2.606.930	3.610.745
Compromissos de Venda	60.353.371	(1.010.802)	(11.800.492)	74.514.101	(2.508.572)	(13.824.032)
Moedas	54.616.924	(765.904)	(11.867.585)	71.611.500	(1.141.826)	(11.932.009)
Outros	5.736.447	(244.898)	67.093	2.902.602	(1.366.746)	(1.892.023)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Contraparte		Abertura por Vencimento			Valor Referencial				
						Mercado de Negociação				
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2022						
	Partes Clientes	Instituições Relacionadas Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)	
Swap	66.232.671	277.814.719	141.821.998	485.869.388	418.137.448	69.293.561	91.389.751	325.186.076	86.913.958	398.955.430
Opções	66.276.293	713.100	965.507.623	1.032.497.016	1.130.172.099	92.068.704	889.622.188	50.806.124	968.468.537	64.028.479
Contratos de Futuros	1.890.024	-	327.086.647	328.976.671	287.984.278	234.378.502	42.159.670	52.438.499	328.976.671	-
Contratos a Termo e Outros	63.744.544	89.736.490	36.986.285	190.467.319	167.611.313	93.798.035	48.721.311	47.947.973	11.091.070	179.376.249

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.1) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

No segundo trimestre de 2022, foi implementada uma nova estrutura de hedge accounting com designação a partir de 01 de abril de 2022 em que relação de hedge é realizar a proteção de até 100% das dívidas que compõem a carteira de Time Deposit e Bancos correspondentes denominadas em Dólar, através da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco de variação cambial.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com primeiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva.

	30/09/2022	31/12/2021
Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

<i>Fair Value Hedge</i>			
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)		-	3.756.394
Trade Finance Off		2.501	728
Total		2.501	3.757.122
<i>Cash Flow Hedge</i>			
Eurobonds		-	-
Trade Finance Off		(29.367)	(236.630)
CDB		349.744	402.779
Títulos Públicos (LFT)		(1.006.158)	(982.648)
Total		(685.781)	(816.500)

Estratégias	30/09/2022						31/12/2021					
	Ajuste a Valor de Mercado		Valor Contábil		Curva		Ajuste a Valor de Mercado		Valor Contábil		Curva	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	43.187	(34.804)	499.083	453.549	455.896	488.353	3.175	(2.204)	-	82.563	84.937	84.767
Hedge de Operações de Crédito	43.187	(34.804)	499.083	453.549	455.896	488.353	3.175	(2.204)	-	82.563	84.937	84.767
Contratos de Futuros	(1.978.706)	(1.408.869)	56.225.931	56.120.645	58.204.637	57.529.514	(2.031.108)	(7.913)	44.320.021	41.430.054	46.351.129	41.437.967
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(722.998)	(1.026.301)	5.625.977	5.902.456	6.348.975	6.928.757	(2.046.793)	6.527	41.565.506	38.593.904	43.612.299	38.587.378
Hedge de Operações de Crédito	(543.986)	(369.157)	20.683.187	19.697.620	21.227.173	20.066.777	15.685	(14.439)	2.754.515	2.836.150	2.738.830	2.850.589
Hedge de Captações	(711.722)	(13.411)	29.916.767	30.520.569	30.628.489	30.533.980	-	-	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	(676.495)	151.860	4.740.492	4.591.905	5.416.987	4.440.045	-	-	-	-	-	-
Hedge de Captações	(676.495)	151.860	4.740.492	4.591.905	5.416.987	4.440.045	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	73.989	373.827	43.270.374	41.745.763	43.196.385	41.027.986	(8.912.769)	(616.062)	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.643
Hedge de Operações de Crédito	73.555	(171.975)	14.104.395	14.155.060	14.030.840	13.983.085	1.508.397	(577.845)	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(1.076.368)	801.271	18.096.979	17.126.826	19.173.347	16.325.555	(10.543.430)	(26)	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
Hedge de Captações	1.076.802	(255.469)	11.069.000	10.463.877	9.992.198	10.719.346	122.264	(38.191)	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

Estratégias	30/09/2022			31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Risco de Mercado					
Contratos de Swap	-	-	488.353	488.353	82.563
Hedge de Operações de Crédito	-	-	488.353	488.353	82.563
Contratos de Futuros	-	278.054	57.251.460	57.529.514	41.430.054
Hedge de Operações de Crédito	-	-	6.928.757	6.928.757	2.836.150
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	278.054	19.788.723	20.066.777	38.593.904
Hedge de Captações	-	-	30.533.980	30.533.980	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Contratos de Swap	324.293	778.252	3.337.500	4.440.045	3.728.462
Hedge de Captações	324.293	778.252	3.337.500	4.440.045	3.728.462
Contratos de Futuros	-	1.169.841	39.858.145	41.027.986	110.316.582
Hedge de Operações de Crédito	-	-	13.983.085	13.983.085	27.965.018
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	1.169.841	15.155.714	16.325.555	71.320.756
Hedge de Captações	-	-	10.719.346	10.719.346	11.030.809

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$ 164.383 (31/12/2021 - R\$193.793) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$ 143.749 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/09/2022			Valor Nominal 31/12/2021	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	
Swap de Créditos	3.860.230	-	3.984.392	-	-
Total	3.860.230	-	3.984.392	-	-

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/09/2022		31/12/2021	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	3.860.230	3.860.230	3.984.392	3.984.392
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.860.230	3.860.230	3.984.392	3.984.392

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro 3.860.230 3.860.230 3.984.392 3.984.392

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/09/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.943.574	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.436.231	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.131.394	7.725.538
Total	48.511.199	42.782.310

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2022.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(18.323)	(596.342)	(1.192.684)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(161)	(2.402)	(4.803)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(1.044)	(1.273)	(2.547)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.150)	(20.851)	(41.702)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.844)	(121.097)	(242.194)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.097)	(11.918)	(23.836)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(16.790)	(76.068)	(152.135)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(433)	(10.833)	(21.667)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(596)	(14.888)	(29.777)
Total (1)		(44.438)	(855.672)	(1.711.345)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(57.205)	(2.277.815)	(4.888.841)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(9.748)	(215.514)	(374.781)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(33.506)	(475.971)	(882.303)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(8.118)	(75.483)	(142.490)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(176)	(3.967)	(8.521)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(23.362)	(270.238)	(560.601)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	287	7.181	14.361
Total (1)		(131.827)	(3.311.806)	(6.843.176)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/09/2022	31/12/2021
Fundos sob gestão	19.745.420	2.770.684
Fundos administrados	255.786.449	192.927.475
Total	275.531.869	195.698.159

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$69.044.181 e R\$37.998.502 respectivamente.

e) Efeitos da Pandemia – COVID - 19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e suas consequências, com ações para mitigar os impactos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas em 2022, destacam-se (a) incentivo e monitoramento do índice de vacinação dos colaboradores (b) protocolo de testagem de contactantes, independente da presença de sintomas, e de casos suspeitos (c) retorno seguro do grupo de maior risco ao trabalho presencial e manutenção em ambiente remoto àqueles com condições médicas especiais.

Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

19. Eventos Subsequentes

Em reunião realizada em 13 de outubro de 2022, o Conselho de Administração do Banco Santander, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, a distribuição de: (I) Dividendos Intercalares, no montante de R\$ 820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de reais) apurado com base no lucro do exercício apurado até o balancete levantado em 30 de setembro de 2022; e (II) Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 880.000.000,00 (oitocentos e oitenta milhões de reais) com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos, conforme balancete levantado em 30 de setembro de 2022. Os Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio, serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2022 e serão pagos a partir do dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 30/09/2022		01/01 a 30/09/2021	
Receitas com juros e similares	84.520.329		54.140.027	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	11.046.831		11.452.022	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.611.790)		(12.685.098)	
Outras Receitas e Despesas	1.471.438		(3.860.683)	
Despesas com juros e similares	(48.523.287)		(16.536.384)	
Insumos de Terceiros	(6.030.203)		(5.789.675)	
Material, Energia e Outros	(680.354)		(500.585)	
Serviços de Terceiros	(4.678.740)		(4.486.629)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(108.084)		(28.409)	
Outros	(563.025)		(774.052)	
Valor Adicionado Bruto	24.873.318		26.720.209	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.911.975)		(1.829.153)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	22.961.343		24.891.056	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	134.382		109.473	
Valor Adicionado Total a Distribuir	23.095.725		25.000.529	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	6.459.694	28,0%	5.914.053	23,7%
Remuneração	4.605.603		4.278.482	
Benefícios	1.289.823		1.151.329	
FGTS	369.787		311.535	
Outras	194.481		172.707	
Impostos, Taxas e Contribuições	6.799.787	29,4%	7.059.231	28,2%
Federais	6.106.916		6.362.396	
Estaduais	709		749	
Municipais	692.162		696.086	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	85	0,0%	95.625	0,4%
Remuneração de Capitais Próprios	9.836.159	42,6%	11.931.620	47,7%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.400.000		6.400.000	
Reinvestimentos de Lucros	3.400.337		5.509.648	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	35.822		21.972	
Total	23.095.725	100,0%	25.000.529	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário de Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC).

1. Conjuntura Econômica

Ao final do terceiro trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 2,71% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do segundo trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral interanual de 2,7% para o segundo trimestre de 2022, enquanto o crescimento efetivo foi de 3,2%. Além disso, parece-nos que a revisão também foi impulsionada pela aprovação de novos estímulos fiscais e tributários temporários a serem implementados ao longo do segundo semestre. Os dados de atividade econômica divulgados superaram também nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 3,1% - e, juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, levaram-nos a revisar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 1,2% anterior, projetamos atualmente crescimento de 2,6% em 2022.

No último trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 7,2%, patamar acima da meta de 3,50% determinada para 2022 e superior ao valor de 6,3% projetado pelo Santander para o mesmo ano. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 11,75% a.a. para 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 5,3% a.a. ao final de 2023 e 3,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2022 cotada a R\$5,41/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,24/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,30/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção e pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro; 4) novos surtos de contaminação de COVID-19 na China, provocando reimplantação de lockdowns em cidades importantes do país como Shanghai e Beijing e; 5) recrudescimento das tensões geopolíticas entre China e EUA por conta de Taiwan. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação de medidas tributárias para tentar aliviar pressões inflacionárias, que elevaram o desconforto com a dinâmica das contas públicas nos anos à frente; 2) aprovação de emenda constitucional elevando despesas públicas e também aumentando a preocupação com a trajetória do endividamento público a médio prazo e; 3) início oficial da campanha eleitoral presidencial, com reforço da natureza polarizada do pleito deste ano.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	9M22	9M21	variação anual %	3T22	2T22	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros	35.997,0	37.603,6	(4,3)	11.046,2	11.502,6	(4,0)
Receitas de instrumentos de patrimônio	34,3	26,7	28,3	14,3	20,2	(29,3)
Resultado de equivalência patrimonial	134,4	109,5	22,8	68,5	43,0	59,3
Tarifas e Comissões (líquidas)	11.046,8	11.452,0	(3,5)	3.627,4	3.775,1	(3,9)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	2.653,8	(519,2)	(611,1)	1.484,8	1.373,1	8,1
Outras despesas operacionais (líquidas)	(406,1)	(645,7)	(37,1)	(380,8)	(22,0)	1.630,8
Total de Receitas	49.460,2	48.026,9	3,0	15.860,4	16.692,1	(5,0)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Despesas administrativas	(13.312,2)	(12.584,5)	5,8	(4.566,4)	(4.241,3)	7,7
Depreciação e amortização	(1.912,0)	(1.829,2)	4,5	(655,1)	(652,1)	0,5
Provisões (líquidas)	(716,0)	(1.333,5)	(46,3)	179,9	(230,0)	(178,2)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.719,9)	(12.713,5)	39,4	(6.298,5)	(6.299,3)	(0,0)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	23,3	(38,3)	(160,7)	14,5	12,0	20,5
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	126,3	54,4	132,3	53,4	13,1	307,8
Resultado Operacional Antes da Tributação	15.949,8	19.582,3	(18,5)	4.588,3	5.294,4	(13,3)
Impostos sobre a renda	(4.516,3)	(7.650,6)	(41,0)	(1.161,7)	(1.106,9)	5,0
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	11.433,5	11.931,6	(4,2)	3.426,5	4.187,5	(18,2)

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	9M22	9M21	variação anual %	3T22	2T22	variação trimestral %
Resultado Operacional Antes da Tributação	15.949,8	19.582,3	(18,5)	4.588,2	5.294,4	(13,3)
IR/CSLL (hedge)	-	1.454,7	(100,0)	-	-	-
PIS/Cofins (hedge)	(62,0)	167,4	(137,0)	60,5	179,4	(66,3)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	15.887,8	21.204,4	(25,1)	4.648,7	5.473,8	(15,1)

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	9M22	9M21	variação anual %	3T22	2T22	variação trimestral %
Imposto sobre a Renda	(4.516,3)	(7.650,6)	(41,0)	(1.161,7)	(1.106,9)	5,0
IR/CSLL (hedge)	-	(1.454,7)	(100,0)	-	-	-
PIS/Cofins (hedge)	62,0	(167,4)	(137,0)	(60,5)	(179,4)	(66,3)
Imposto sobre a Renda ajustado	(4.454,3)	(9.272,7)	(52,0)	(1.222,2)	(1.286,3)	(5,0)

O retorno do exercício anualizado tomando por base o resultado contábil do período sobre o patrimônio líquido médio atingiu 14,12% no terceiro trimestre de 2022, queda 1,07% p.p. comparado ao terceiro trimestre de 2021.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, em atendimento a lei nº 14.031, toda variação cambial passou a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)	9M22	9M21	variação anual %	3T22	2T22	variação trimestral %
Varição Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(1.260,6)	2.436,1	(151,7)	1.239,7	3.677,8	(66,3)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	1.322,6	(4.058,3)	(132,6)	(1.300,2)	(3.857,2)	(66,3)
IR/CSLL	-	1.454,7	(100,0)	-	-	-
PIS/COFINS	(62,0)	167,4	(137,0)	60,5	179,4	(66,3)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Set/22	Dez/21	variação anual %
Disponibilidades	14.398,7	16.657,2	(13,6)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	64.245,3	18.858,8	240,7
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	72.165,8	70.570,7	2,3
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	1.449,1	870,2	66,5
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	66.914,5	101.241,8	(33,9)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	671.209,8	633.241,4	6,0
Derivativos Utilizados como Hedge	430,7	342,5	25,8
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	817,3	816,3	0,1
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.720,0	1.232,6	39,5
Ativos Fiscais	44.159,5	41.757,3	5,8
Outros Ativos	9.007,1	6.049,0	48,9
Ativo Tangível	7.987,6	8.783,8	(9,1)
Ativo Intangível	31.271,7	30.786,8	1,6
Total do Ativo	985.777,2	931.208,4	5,9
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	45.907,3	36.952,6	24,2
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.107,2	7.459,8	22,1
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	792.303,4	750.093,7	5,6
Derivativos Utilizados como Hedge	125,8	447,0	(71,8)
Provisões	9.224,0	11.604,5	(20,5)
Passivos Fiscais	8.389,9	8.175,0	2,6
Outras Obrigações	10.565,7	10.501,3	0,6
Total do Passivo	875.623,2	825.233,9	6,1
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	109.688,6	105.640,1	3,8
Participações Não-Controladoras	465,4	334,3	39,2
Total do Patrimônio Líquido	110.154,0	105.974,5	3,9
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	985.777,2	931.208,4	5,9

2.3) Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2022, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 3,9% em comparação a 31 de dezembro de 2021.

A variação do Patrimônio Líquido entre 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo em planos de benefícios a funcionários no montante de R\$116 milhões e líquidos dos efeitos tributários pelo lucro líquido do período no montante de R\$11.434 bilhões e com avaliação patrimonial negativo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento no montante de R\$ 196 milhões e Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 461 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 11.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Índice de Basileia %	Set/22	Dez/21
Patrimônio de Referência Nível I	79.069,2	76.969,9
Capital Principal	72.004,9	69.919,9
Capital Complementar	7.064,3	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II	13.208,0	12.591,3
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	92.277,2	89.561,3
Risco de Crédito	554.105,1	527.119,3
Risco de Mercado	23.278,4	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
Total de RWA	637.456,7	600.741,3
Índice de Basileia Nível I	12,40	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	11,30	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,48	14,91

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2022, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	60.189,7	42.305,2	1.239,5	55.068,8	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.336,0	11.151,8	435,6	2.636,9	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	11.277,6	4.597,3	978,5	-	100,0%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	4.382,2	4.055,4	202,3	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.562,8	806,9	106,9	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 2.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelo Diretor Presidente e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 18 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2022.

7. Pessoas

No Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 51.214 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, temos implementado uma série de ações para promover o Bem Estar e a Saúde Física e Emocional de nossos colaboradores, principalmente neste momento de retomada pós COVID-19, sempre seguindo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa.

Neste contexto, tivemos em maio o Todos na Mesma Página, que é uma iniciativa criada em 2021 e que ocorre 3 vezes ao ano. Nesse encontro, incentivamos a leitura de um livro e proporcionamos um debate entre nosso CEO e toda a organização. Nesta última apresentação, fizemos em formato de podcast no debate do livro "O Poder dos Momentos", com participação de 26 mil espectadores no debate e trouxemos a provocação de como podemos criar "momentos inesquecíveis", para nossos clientes e nossas equipes.

Também tivemos em maio nossa primeira Campanha de Doação de Sangue do ano.

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Banco Santander Brasil é de, alicerçados em princípios de Responsabilidade, apoiar nossa transformação na melhor empresa de consumo do Brasil. Para isso, o foco no cliente torna-se ainda mais profundo e alia-se ao nosso propósito de gerar valor à sociedade de forma geral, nos aspectos sociais, ambientais e de governança. Esses aspectos estão enraizados transversalmente em nossa cultura e negócios há mais de 20 anos.

Por meio dessa estratégia, queremos liderar hoje a transformação para uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e a responsabilidade na gestão interna, tendo valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere. Destacamos algumas iniciativas no 3T22:

Ambiental

Viabilizamos R\$ 21,6 bilhões em negócios sustentáveis e mantivemos a liderança na escrituração de CBIOS, mercado que ajudamos a criar em 2020 e do qual atualmente respondemos por 54% do market share, operando tanto no mercado primário quanto no secundário.

Lançamos uma nova campanha para fomentar o uso da nossa Calculadora de Carbono individual para funcionários. A ferramenta conta com um questionário sobre os hábitos diários das pessoas para calcular qual é a sua pegada de carbono.

Em linha com nosso compromisso Net Zero, alcançamos 82% de uso de energia renovável em nossos prédios administrativos e lojas de todo o Brasil, sendo nossa meta atingir 100% até 2025.

Social

O Banco Santander Brasil reconhece a importância de promover o fortalecimento das organizações sociais apoiadas pelo investimento social privado, por seu papel no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Definimos as 20 instituições que serão beneficiadas pelos editais públicos Chama Indica e Prepara Futuro para auxiliar na execução de projetos de inclusão produtiva, empreendedorismo e empregabilidade.

Neste trimestre trabalhamos na implementação da campanha Amigo de Valor, que completa 20 anos de impacto e transformação social.

O Amigo de Valor é o maior programa nacional de arrecadação de recursos incentivados. Só nos últimos 3 anos, arrecadou R\$ 61 milhões e beneficiou mais de 7 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ao redor do país.

Para participar, acesse www.santander.com.br/amigodevalor

No Santander Prospera Micro finanças, continuamos crescendo e nesse trimestre alcançamos 842 mil clientes ativos e uma carteira de R\$ 2,4 bi.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Governança

Publicamos a nova Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), de acordo com novos normativos do Banco Central. A PRSAC tem foco na agenda positiva, como pactos, compromissos, relacionamento com stakeholders e os impactos e oportunidades socioambientais e atende a resolução CMN nº4.945 do BACEN.

Na busca da equidade de gênero, atingimos 32,1% de mulheres em cargos de liderança e 28,9% de negros na organização. Nossa ambição é chegar a 40% de representatividade desses dois públicos até 2025. A participação de mulheres no Conselho de Administração foi de 27% no segundo trimestre de 2022.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo em 30 de setembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 30 de setembro de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/10/2022).

Composição dos Órgãos da Administração em 30 de setembro de 2022**Conselho de Administração**

Sérgio Agapito Lires Rial - Presidente
Alberto Monteiro de Queiroz Netto – Conselheiro
Angel Santodomingo Martell – Conselheiro
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
René Luiz Grande – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Sérgio Agapito Lires Rial – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Jaime Leôncio Singer – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Andrea Marques de Almeida – Membro
Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
Carlos Aguiar Neto – Membro
Luiz Masagão Ribeiro Filho – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Sérgio Agapito Lires Rial – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro
Pedro Augusto de Melo - Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Sérgio Agapito Lires Rial – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro
Pedro Augusto de Melo - Membro

Conselho Fiscal

Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo
Louise Barsi - Membro efetivo
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
André Rosenblit
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vitor Ohtsuki

Contador

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/ O-4

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de setembro de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jean Pierre Dupui

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Tiago Celso Abate

Vítor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de setembro de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jean Pierre Dupui

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Tiago Celso Abate

Vítor Ohtsuki